



## Os múltiplos trabalhos no campo: vivências de fumicultoras no sul de Santa Catarina

Luana Fernandes Demétrio<sup>1</sup>  
Michele Gonçalves Cardoso<sup>2</sup>

Demétrio, L. F.; Cardoso, M. G. **Os múltiplos trabalhos no campo:**  
vivências de fumicultoras no sul de Santa Catarina  
*História Social*, vol. 21, p. 01-36, e026008, 2026

**Resumo:** O presente artigo aborda os diversos trabalhos que mulheres agricultoras inseridas na agricultura familiar realizam a partir de determinadas atribuições de gênero, tendo como recorte a fumicultura no sul catarinense na cidade de Grão-Pará/SC. Por meio da história oral como possibilidade de abordagem para captar, entender, escutar e relacionar as trajetórias dessas mulheres, que geralmente não são ouvidas ou vistas como trabalhadoras rurais legítimas. As mudanças de vida e diferenças geracionais fornecidas pelas 5 mulheres entrevistadas de idades diferentes serão debatidas e analisadas com a divisão sexual de trabalho que está introduzida e moldada em suas histórias e memórias. Desse modo, a questão central deste estudo é perceber a importância das diversas tarefas que essas fumicultoras realizaram desde sua infância e, posteriormente, na vida adulta, com o casamento e a maternidade, para as relações de manutenção e de trabalho agrícola no meio rural.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Gênero. Fumicultura. História Oral. Grão-Pará.

---

<sup>1</sup> Graduada em História na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Professora da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. E-mail: [fernandesdemetrioluana@gmail.com](mailto:fernandesdemetrioluana@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Professora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: [michelegc@unesc.net](mailto:michelegc@unesc.net)



## **The many facets of rural life:** experiences of female tobacco farmers in southern Santa Catarina

Luana Fernandes Demétrio  
Michele Gonçalves Cardoso

**Abstract:** This article addresses the various tasks performed by women farmers involved in family farming, based on gender-based roles, focusing on tobacco farming in southern Santa Catarina, specifically in the city of Grão-Pará/SC. Oral history is used as a possible approach to capture, understand, listen to, and relate the trajectories of these women, who are generally not heard or seen as legitimate rural workers. The life changes and generational differences provided by the five women interviewed, of different ages, will be discussed and analyzed in relation to the sexual division of labor that is introduced and shaped in their histories and memories. Thus, the central question of this study is to understand the importance of the various tasks that these tobacco farmers performed from childhood and later in adulthood, with marriage and motherhood, for the maintenance and agricultural work relationships in the rural environment.

**Keywords:** Family farming. Gender. Tobacco farming. Oral history. Grão-Pará.

### **Introdução**

O presente estudo baseia-se em cinco entrevistas que utilizaram a história oral como metodologia para apresentar a vida de mulheres que atuam ou atuaram como fumicultoras, em algum momento de suas vidas, na zona rural do município de Grão-Pará/SC. A cidade é localizada no sul de Santa Catarina e é constituída pelos distritos: Sede, Invernada em Aiurê. Possuindo aproximadamente 6.595 habitantes (IBGE, 2019) distribuídos em 3.019 na zona urbana e 3.204 na zona rural. Atualmente sua economia

básica está firmada principalmente na suinocultura e na agricultura, tendo, como cultura básica, o fumo, seguida pelo milho e feijão.

Pretende-se com esse trabalho: apresentar histórias e vivências de mulheres fumicultoras; reconhecer as múltiplas atividades desempenhadas por elas - além do cultivo do fumo -, tais como a maternidade, o trabalho doméstico e de cuidados; e analisar a relevância desse trabalho reprodutivo no âmbito social e agrícola a partir de uma perspectiva de relações de gênero na agricultura familiar.

As entrevistadas são cinco mulheres de idades diferentes,<sup>3</sup> a mais jovem tendo 30 anos, seguida por duas mulheres com 39 anos e as mais idosas com 65 e 69 anos. A pesquisa foi realizada em âmbito familiar, todas as mulheres possuem parentesco e são mulheres brancas. Maria (69 anos) é mãe de Nina (39 anos) e Célia (65 anos) é mãe de Rosana (39 anos) e de Cida (30 anos).<sup>4</sup> A partir das memórias das 5 mulheres entrevistadas, buscamos compreender alguns aspectos do cultivo do fumo nas últimas seis décadas, tendo como enfoque o extremo sul catarinense, especialmente a cidade de Grão-Pará.

Esta pesquisa se baseia na metodologia de história oral com foco na análise das entrevistas e de fatores sociais para entendimento e debate mais profundo sobre os trabalhos e relações de gênero no contexto rural. A história oral como fio condutor da pesquisa permite aferir, entender, escutar e relacionar as trajetórias pessoais das agricultoras aos diversos sistemas e fatos sociais sobre os quais estão incluídas. Dessa forma, Portelli afirma:

---

<sup>3</sup> Todos os nomes utilizados nas entrevistas são pseudônimos, adotados com o propósito de preservar a confidencialidade das participantes e assegurar a fidedignidade das informações apresentadas. As entrevistadas mantêm vínculos familiares e pessoais com uma das autoras deste artigo, essa relação prévia constituiu um dos principais elementos motivadores do estudo e justificou a reunião dessas mulheres na investigação.

<sup>4</sup> Maria é irmã do marido de Célia, portanto todas possuem grau de parentesco.

A história oral, então, é primordialmente uma arte da escuta. Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes que certas perguntas precisam ser feitas, é comum, aliás, que a informação mais importante se encontre para além daquilo que tanto o historiador quanto o narrador considera historicamente relevante.<sup>5</sup>

Destaca-se que este trabalho está ancorado nos pressupostos teóricos de Joan Scott (1990) com seus escritos sobre gênero, Silvia Federici (2019), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) sobre a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e a dupla jornada, Alessandro Portelli (1997) e Michael Pollack (1989) com suas contribuições a partir da história oral e memória, além de diversos/as pesquisadores/as que abordam as categorias anteriores com a agricultura, agricultura familiar ou fumicultura, como Maria Ignez Paulilo (1987), Giovana Ilka Jacinto Salvaro (2013), Anita Brumer (2004) e Rita de Cássia Maciazeki Gomes (2017). Também, está fundamentado em outras obras relacionadas aos temas de história oral, mulheres na agricultura, fumicultura, relações intergeracionais e gênero.

Na primeira seção, há levantamento, análise e diálogo com diversos teóricos, debatendo gênero, divisão sexual do trabalho, dupla jornada e agricultura familiar. Em sequência, na segunda seção, por meio da metodologia de História Oral com perguntas pré-fundamentadas, para os atravessamentos que passaram como forma de compreender os processos sobre suas funções no campo e para contribuir com a valorização de suas histórias de vida, suas memórias e o protagonismo que exercem nas dinâmicas familiares e produtivas. Posteriormente, na última sessão, se traz uma perspectiva intergeracional com as agricultoras na faixa etária adulta, apresentando suas dinâmicas de trabalho na família agricultora atual contemporânea e relatando as mudanças ou permanências comparadas às fumicultoras mais velhas e suas memórias/vivências sobre infância, trabalho e vida.

---

<sup>5</sup> PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 10.

## **Quando o trabalho é exercido em diversas esferas: a hierarquização na agricultura familiar e a assimetria na distribuição de tarefas no campo**

A fumicultura no sul do Brasil, de acordo com Riquinho e Hennington<sup>6</sup>, concentra-se majoritariamente em pequenas propriedades rurais, organizadas sob o modelo da agricultura familiar. Nesse sistema, o trabalho agrícola é realizado de forma coletiva pelos membros da família, mas distribuído de acordo com uma divisão sexual do trabalho que atribui funções distintas a homens, mulheres e, até mesmo, crianças.<sup>7</sup>

Conforme ressalta Wanderley, a agricultura familiar específica é “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”<sup>8</sup>. A partir disso, formas de se relacionar e de viver são traçadas nesse ambiente, além das relações de trabalho, sua execução e divisão. Paulilo evidencia que “enquanto a família existiu como unidade de produção, as mulheres e as crianças participavam diretamente das atividades consideradas econômicas”<sup>9</sup>.

Segundo Rodrigues, Stadler e Xavier<sup>10</sup>, a fumicultura é uma prática cuja análise é complexa e, como tal, demanda por enfoques que façam jus a tal complexidade, que levem em conta o conjunto inseparável de saúde, economia e cultura, ou seja, de ações intersetoriais. O ciclo produtivo

---

<sup>6</sup> RIQUINHO, Débora L.; HENNINGTON, Eliane A. Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 12, 2016.

<sup>7</sup> PAULILO, Maria Ignez Silveira. O Peso do Trabalho Leve. *Ciência Hoje*, vol. 28, no 5, pp. 64-70, 1987.

<sup>8</sup> WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 156.

<sup>9</sup> PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 243, jan. 2004.

<sup>10</sup> RODRIGUES, Alcir Humberto; STADLER, Suzelaine Taize; XAVIER, César Rey. A saúde e seus significados para famílias fumicultoras da região de Irati (PR): contingências e contradições. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 227, out./dez. 2016.

do fumo é longo e exige dedicação contínua, iniciando com a assinatura do contrato entre os/as agricultores/as, a empresa integradora<sup>11</sup> e os/as produtores/as. Pode ser dividido em algumas fases principais, como o contrato com a empresa, canteiro, manejo de solo, plantio, desenvolvimento da lavoura, capação, colheita, cura, classificação, separação e comercialização<sup>12</sup>. As mulheres participam de todos esses processos e ainda são responsáveis pelas tarefas reprodutivas. Dessa forma, é perceptível uma divisão de tarefas e seu excesso exercidas pelas agricultoras. Isso é recorrente tanto em zona urbana como em zona rural. Por meio desse fator, as relações de gênero se inserem de modo útil para entendermos essa assimetria na distribuição de tarefas no meio rural e na agricultura familiar.

A partir da ideia de que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e “é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”, que Joan Scott<sup>13</sup> nos apresenta, podemos pensar múltiplas abordagens e aspectos para estudar e entender o trabalho rural exercido pelas mulheres em todas as esferas que ele se configura, seja privada (doméstico) ou pública (diretamente nas plantações de fumo). Ambas essas esferas não detêm de toda a importância e visibilidade necessária e, por muitas vezes, nem são denominadas como trabalho, mas como ajuda, porque, dependendo de quem realiza o trabalho, as concepções são diferentes, conforme afirma Paulilo<sup>14</sup>. Deste modo, “torna-se então coletivamente evidente que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que

---

<sup>11</sup> Uma empresa integradora de fumicultura é a que atua no sistema de integração, isto é, a empresa fornece insumos agrícolas (como sementes, fertilizantes, defensivos) e assistência técnica aos agricultores de fumo em troca da compra da produção mediante um contrato escrito, garantindo controle de qualidade e valores pagos, como é o caso das grandes companhias de tabaco. Exemplos de integradoras no Brasil incluem a Souza Cruz e a BAT Brasil (British American Tobacco).

<sup>12</sup> CANEVER, Daniela Tezza; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Relações de trabalho e de gênero na produção de tabaco em um município de Santa Catarina. *Interações*. Campo Grande, v. 24, n. 2, p. 626, abr./jun. 2023.

<sup>13</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

<sup>14</sup> PAULILO, Maria Ignez Silveira, *Op. cit.*, 2004.

esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno”<sup>15</sup>.

Para as mulheres do campo, a disparidade de poder entre o gênero se apresenta de várias formas. A distribuição desigual do trabalho pode ser considerada uma dessas formas, já que elas têm uma dupla jornada diante das diversas atividades que desempenham nas unidades de produção agrícolas<sup>16</sup>. Ainda, Paulilo<sup>17</sup> confirma que não é sobre o trabalho que as mulheres executam, mas a distinção entre trabalhos “pesados” e “leves” definidos pela posição ocupada na hierarquia familiar. Assim, é aceito que, se você é mulher ou criança, seu trabalho possui menor relevância. Concordando com as análises anteriores, Brumer e Paulilo ressaltam:

Assim, as características biológicas de homens e mulheres são herdadas, enquanto as diferenças de gênero são construídas socialmente; portanto, podem variar no tempo e no espaço e são sujeitas a mudanças. E é somente através do reconhecimento dessas diferenças e da luta para mudar o quinhão das mulheres que se pode tornar as relações de gênero mais equitativas.<sup>18</sup>

Assim sendo, por meio das imposições de gênero, é construída uma divisão do trabalho por sexo na agricultura que permite concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando trabalham tanto quanto os homens ou executam as

---

<sup>15</sup> HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 597, set./dez. 2007.

<sup>16</sup> DEMETRIO, Milena; GAZOLLA, Márcio; WEDIG, Josiane Carine. Valor econômico do trabalho de mulheres rurais em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 62, n. 4, p. 5, 2024.

<sup>17</sup> PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Mulheres rurais – quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

<sup>18</sup> BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do Sul do Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 171, jan./abr. 2004.

mesmas atividades que eles<sup>19</sup>. Scott<sup>20</sup> destaca que a imposição de regras de interação social é inerente e especificamente generalizada, pois a relação feminina como gênero é forçosamente diferente da relação masculina, isto é, mesmo que as mulheres estejam à frente de todo o trabalho produtivo no fumo, ainda são consideradas inferiores ou auxiliares, porque é o gênero feminino que está atuando, não o masculino. É válido frisar que esses fatores apontados ainda são muito recorrentes na zona geográfica de estudo deste artigo. Seguindo essas condições, Wolff e Saldanha afirmam:

Mas o gênero tem sido, nas sociedades que conhecemos, o primeiro desses critérios, aquele que estabelece, desde que a pessoa nasce e é identificada a partir de características sexuais com papéis esperados de gênero, que atividades ela poderá exercer em sua vida, e quanto poder terá em suas relações. Nas sociedades que conhecemos, esta hierarquia é de tipo “patriarcal”, ou seja, são as pessoas identificadas com o gênero masculino que detêm a maior parte do poder.<sup>21</sup>

Esse poder faz com que a sociedade e a própria mulher vejam seu trabalho como diferente. Para Federici<sup>22</sup>, o trabalho doméstico, desempenhado gratuitamente pelas mulheres, diferencia-se dos outros, pois entra no campo da manipulação disseminada e da violência sutil. Uma das mulheres agricultoras entrevistadas relata que seu trabalho (na maior parte do tempo doméstico), desde a infância é sistematizado com normas impositivas e rígidas, mas quando se refere a ele sempre cita como ajuda. Os maridos ou pais, quando citados por elas, são sempre muito validados positivamente como trabalhadores e, quando auxiliam ou dividem alguma tarefa doméstica/de cuidado, esta sempre é estabelecida como uma ajuda.

---

<sup>19</sup> BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

<sup>20</sup> SCOTT, Joan, *Op. cit.*

<sup>21</sup> WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: categorias do debate contemporâneo. *Retratos da Escola*. Brasília, v. 9, n. 16, p. 36, jan./jun. 2015.

<sup>22</sup> FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2019.

Isso ocorre porque essas tarefas reprodutivas são apenas de responsabilidade da mulher. Seguindo esse fato, Brumer explica:

Dois aspectos podem explicar a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres rurais. O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. Ocorre que as atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários requerem algumas qualidades que supostamente as mulheres (adultas e jovens) possuem (por natureza ou por aquisição, através do processo de socialização) ou que sua situação de trabalhadoras eventuais propicia (devido à manutenção de suas obrigações na esfera da reprodução).<sup>23</sup>

Esses aspectos são entendidos e debatidos por meio dessas relações binárias de hierarquia, em que a mulher se responsabiliza por todas as atividades necessárias reprodutivas, não por escolha própria, mas por uma construção estabelecida vista como inerente a sua figura. Apesar de a mulher trabalhar em outros espaços além do doméstico, seu trabalho sempre será estendido obrigatoriamente a esse ambiente, porque seu trabalho formal ou qualquer atividade exercida é vista como naturalmente inferior. Assim, suas “obrigações” domésticas são vistas como seu lugar habitual, compreendido pelo sistema patriarcal como o único em que ela deve permanecer. Nessa linha de pensamento, Hirata e Kergoat dizem:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades

---

<sup>23</sup> BRUMER, Anita, *Op. cit.*, p. 212.

conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie.<sup>24</sup>

Dessa forma, consideramos que a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar constitui-se de acordo com o gênero socialmente construído e imposto, de modo a atribuir atividades diferentes para mulheres e homens. As agricultoras entrevistadas relatam com certa aceitação as tarefas realizadas, podendo ser no âmbito doméstico ou as produtivas no meio rural, nas demandas com o fumo e sua manutenção. Todavia, quando questionadas se gostam de fazer essas atividades ou possuem auxílio dos demais integrantes da família para sua realização, surge um desconforto mesclado com conformismo: eles “ajudam” quando solicitado ou, na maioria das vezes, escapam<sup>25</sup>, como uma entrevistada sempre se refere. Acerca disso, Salvaro, Estevam e Felipe destacam:

As atividades domésticas fazem parte de um conjunto de regras preestabelecidas e apreendidas no processo de constituição de mulheres. [...] Em tal direção, na realização do trabalho doméstico, a contribuição do marido é considerada “ajuda”, pois não se trata de uma atividade atribuída historicamente aos homens. O inverso ocorre, no meio rural, quando, por exemplo, as mulheres contribuem em atividades produtivas realizadas por homens.<sup>26</sup>

Ainda sobre essa questão, Paulilo<sup>27</sup> expõe que o fator “sexo” age como um elemento discriminador na divisão social do trabalho e vem ocorrendo nas sociedades em geral, considerando a divisão das atividades

<sup>24</sup> HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle, *Op. cit.*, p. 600.

<sup>25</sup> “Escapar” significa fugir, evadir-se, livrar-se de um perigo, obrigação ou situação desagradável, sair de um lugar, soltar-se ou passar despercebido ou sem ser notado.

<sup>26</sup> SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 34, n. 2, p. 402, abr. 2014.

<sup>27</sup> PAULILO, Maria Ignez Silveira, *Op. cit.*, 2016.

produtivas e domésticas, respectivamente, destinadas a homens e a mulheres. Segundo a autora, é notável que o trabalho doméstico continua sendo associado às mulheres, mesmo quando passam a maior parte do tempo trabalhando fora de casa, como no caso das fumicultoras entrevistadas nesta pesquisa. Conforme citado acima, as agricultoras tendem a observar seu trabalho na produção como “ajuda”, como um trabalho secundário, apesar de suas atividades serem sempre as não mecanizadas.

Ainda, as fumicultoras, nesta pesquisa, se mostram relativamente sobrecarregadas, em diversos momentos, relatam o trabalho no campo como árduo e difícil, porém, não relacionam esta sobrecarga com todas as tarefas que são impostas a exercer. É como se essa atuação das mulheres em diversas esferas fosse intrínseca ao seu ser, ou melhor, ao seu gênero. Logo, o trabalho masculino é mais reconhecido e o trabalho feminino rodeado de preconceitos<sup>28</sup>. De acordo com excertos do MMC<sup>29</sup> de 2004:

Para que a mulher cumpra este papel na sociedade, precisa ser preparada para cumprir as leis, ser obediente, submissa e fiel. Assim, desde criança, a menina recebe uma educação de domesticação, tendo seus espaços e ações inferiorizados, fazendo com que seu crescimento físico seja desvinculado da autonomia enquanto pessoa, e a sua mente permanecendo sem condições de autodeterminação, ou seja, sem condições de exercer seu protagonismo na história.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 16, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/5889>. Acesso em: 21 jul. 2026.

<sup>29</sup> MMC refere-se ao Movimento de Mulheres Camponesas, um movimento social popular e feminista brasileiro que representa e defende os direitos das mulheres trabalhadoras rurais. O movimento atua na luta por direitos das mulheres agricultoras desde a década de 80, com pautas como: luta por soberania alimentar, agricultura agroecológica, preservação do meio ambiente e contra o patriarcado e o agronegócio. Atualmente, ele está presente em 18 estados brasileiros.

<sup>30</sup> MMC. MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. Plantando saúde pelos caminhos do RS. Passo Fundo: Passografic, mai. 2004, p. 5-6.

Nesse sentido, as atividades remuneradas e não remuneradas se integram, com o propósito de produção e de reprodução da própria família. Dessarte, Federici<sup>31</sup> expõe que o valor social do trabalho doméstico e de cuidados com os/as filhos/as é pouco discutido, mas, sem esse trabalho, a sociedade, como se conhece, não existiria. Isso porque gerar, cuidar e educar são atividades que garantem a continuidade da humanidade. Ademais, Demetrio, Gazolla e Wedig destacam que:

A desvalorização do trabalho das mulheres fica evidente quando se percebe que, em vários contextos de pesquisa, ele é identificado como “ajuda” ao trabalho dos homens, mesmo quando elas representam cerca de 43% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento (Food and Agriculture Organization, 2011). Essa falta de reconhecimento e complementaridade acaba por deixar a cargo delas atividades que não geram renda, ou que geram pouca renda, e fazem com que seus esforços sejam invisibilizados.<sup>32</sup>

Outrossim, Hirata e Kergoat<sup>33</sup> explicam que a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; e, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Desse modo, essa divisão rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie, como as autoras completam. Essas mulheres, a partir do momento em que nascem, já possuem seu destino pré-moldado por nascerem “fêmeas”. As autoras, ainda, fecham seu pensamento com a mesma afirmação: “constata-se que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo”.

---

<sup>31</sup> FEDERICI, Silvia, *Op. cit.*

<sup>32</sup> DEMETRIO, Milena; GAZOLLA, Márcio; WEDIG, Josiane Carine, *Op. cit.*, p. 6.

<sup>33</sup> HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle, *Op. cit.*, p. 600.

Portanto, quando as mulheres conseguem concretizar essa multiplicidade de tarefas, o sentimento de orgulho e gratificação pela finalização deste ciclo é como um alívio por todo trabalho exercido por elas, que conseguiram manter a família viva e unida. Isso se torna perceptível nas falas das fumicultoras mais velhas: “foi difícil, mas eu consegui”. Por meio das discussões acima, então, evidencia-se o que Salvaro, Lago e Wolff consideram:

Cabe ressaltar, contudo, que nesta análise não se parte da ideia de que os homens são dominantes e as mulheres dominadas ou exploradores/exploradas, respectivamente. O que se quer enfatizar, a partir dos referenciais teóricos pós-estruturalistas que orientam as reflexões aqui produzidas, é o caráter relacional do gênero e do poder, como forma de evidenciar jogos de força, negociações e resistência.<sup>34</sup>

Essas agricultoras não são fracas e irrelevantes. Pelo conjunto de tarefas que exercem, nunca poderíamos relacioná-las a esses adjetivos, mas, infelizmente, estão em meios sociais/de produção em que as diferenciações de gênero e hierarquizações ainda são muito latentes. A mulher historicamente foi considerada como incapaz de se autogerir e esteve subordinada ao ideário patriarcal, bem como aos ambientes sociocultural, econômico e político, deixando-a, em grande parte do tempo, restrita aos espaços privados<sup>35</sup>.

Esse sistema pode se mostrar mais forte em espaços rurais, pois essas mulheres, principalmente as mais velhas, tiveram pouco acesso em outras esferas da vida que não seja familiar ou a privada, não puderam concluir sua vida escolar, tão pouco sair para outros lugares sem supervisão<sup>36</sup>. Essa ideia de subserviência, hierarquia e desigualdade está

<sup>34</sup> SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Maria Cecília de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*. v. 25, n. 1, p. 82, 2013.

<sup>35</sup> VAROTTO, Daiana Paula. Agroecologia e gênero: perspectivas para a emancipação das mulheres e a agricultura familiar. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. v. 3, n. 3, p. 2, 2017.

<sup>36</sup> As mulheres de faixa etária mais velha entrevistadas relataram que, para sair para lugares públicos

solidificada em sua história. Ainda, apesar de as mulheres mais novas entrevistadas possuírem outras perspectivas relacionadas a esse fator (mas não terem uma dinâmica muito diferente de vida), as mais velhas são habituadas a viver desse modo, como trabalhadoras não remuneradas em todas as suas tarefas. É apenas isso que elas conhecem como viver/sobreviver.

### **As vozes que não repercutem: “às vezes, agora, eu penso para mim: como é que eu dei o jeito de cuidar de tudo?”**

A história oral, segundo Tedeschi<sup>37</sup>, parte de um método de investigação participativa e se tornou um campo promissor em relação à tarefa de descobrir “novos” sujeitos, visto que tem sua ação e interpretação do presente apoiadas na consciência do passado. Portanto, podemos compreender que essas mulheres agricultoras, por muitas décadas, não foram vistas, ouvidas ou reconhecidas como trabalhadoras rurais legítimas. Desse modo, utilizar a metodologia da história oral, como neste trabalho, é compreender novas perspectivas e conhecer a vida de mulheres presentes na agricultura familiar, as quais compõem uma categoria que, por muito tempo, foi esquecida de análise<sup>38</sup>.

Pensando no “não dito”, as fumicultoras entrevistadas inseridas na agricultura familiar são exemplos de uma parte de fora das lentes da história oficial e de diversos setores públicos. Analisando o ambiente rural brasileiro a décadas atrás, extremamente isolado, sem muitos contatos externos, assim como as cidades interioranas do sul catarinense, é demonstrada falta de suporte público ou de acompanhamento de assistentes sociais para proteger a educação e os direitos das crianças e adolescentes que

---

(bailes, encontros ou, até mesmo, o centro da cidade), sempre precisavam ir acompanhadas de irmãos ou parentes, nunca sozinhas, visto que eles tinham medo de que elas ficassem “mal faladas”.

<sup>37</sup> TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. *OPSI*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 332, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33931>. Acesso em: 21 jul. 2026.

<sup>38</sup> PAULILO, Maria Ignez Silveira, *Op. cit.*, 2004.

eram habitantes dessas regiões. Dessa forma, introduzindo os relatos das agricultoras, esse fator se mostra evidente no depoimento de uma delas.

Maria foi a primeira entrevistada. Ela nasceu no dia 07/05/1956, possui 69 anos, é natural do município de Grão-Pará e é a filha (mulher) mais velha, tendo uma irmã mais nova e dois irmãos. Sobre sua infância, ela não consegue se lembrar de muitas brincadeiras que realizava, pois, quando pensa em sua rotina quando criança, se lembra apenas de trabalho. Maria contou:

Eles<sup>39</sup> mandavam ir sozinha e mandavam o que que era para fazer. Eles falavam, daí eu tenho que ir lá fazer, tinha que fazer. Quando eu fazia tudo, aí podia ir pra casa. Tinha hora para fazer. Se não terminava aquilo, não podia ir pra casa, era para ficar lá fazendo, até terminar. Fazia também café, lavava roupa, não ficava bem lavado, com sabão e na mão. E, ainda, num tanque, assim, no meio do pasto.<sup>40</sup>

De acordo com Custódio e Cabral<sup>41</sup>, o trabalho infantil na agricultura familiar representa uma das mais graves espécies de violações de direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes, pois lhes retira o direito ao acesso a uma infância adequada à peculiar condição de pessoas em processo de desenvolvimento. Quando lembrou dos poucos momentos de brincadeira na sua infância, Maria citou que aconteciam somente aos domingos: “durante a semana, tinha que trabalhar. Não podia brincar. No domingo, ah, nós brincamos. Brincava de canoa descendo o muro no pasto”. Esse problema social, ainda, além dos diversos obstáculos

---

<sup>39</sup> A entrevistada se refere aos pais. Conforme Rovai (2013, p. 140), “[...] a mistura de tempos verbais, a confusão entre primeira e terceira pessoa, o distanciamento narrativo do evento com o uso de generalizações (você, eles). Os algozes, muitas vezes, sem nome ou apresentação, são apontados com indefinição por aqueles que sofreram — eles fizeram, eles prenderam, eles levaram —, diluídos na terceira pessoa do plural —marca do trauma, mas também do desprezo e da desumanização do algoz, degeneração lembrada por Primo Levi [...]”.

<sup>40</sup> MARIA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Grão-Pará/SC, 19 de julho de 2025.

<sup>41</sup> CUSTÓDIO, André Viana; CABRAL, Maria Eliza Leal. Trabalho infantil na agricultura familiar: uma violação de direitos humanos perpetuada no meio rural. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*. Curitiba, v. 8, n. 1, p. 178-205, jan./abr. 2017.

causados pelo trabalho infantil, faz com que a escola sempre fique em uma posição de menor relevância se comparada ao trabalho. Maria falou sobre seu tempo na escola:

Só que eu entrei quando eu tinha, acho, 13 anos. Não era assim, tipo, que nem hoje, que já entra pequenininho. Ia todo mundo junto, tudo a pé andando, descalço. Frio de geada. Chegava lá com as mãos dura de frio, não conseguia escrever, tinha que ir no sol, daí ficar sentada no sol. Aí, a professora esperava todo mundo e daí fazia todo mundo junto. Tudo de idade diferente, assim, mas fazia junto.<sup>42</sup>

Pelo fato de a escola ser em zona rural e não possuir delimitações de séries, as turmas eram multisseriadas com crianças de diversas idades, portanto, o relato de Maria é bem comum. Contudo, o período escolar para a entrevistada não durou muito tempo. Ela saiu quando tinha entre 15/16 anos e relatou que “era muito grande, daí os outros era mais pequeno e a gente era grande lá no meio dos outros. E a gente não tava mais se sentindo bem lá”. Então, com sua saída da escola e por ser a mulher mais velha entre os irmãos, Maria ficou encarregada integralmente de todos os afazeres domésticos para toda a família, tendo sua participação nas atividades agrícolas negada: “eles diziam que não era para ir pra roça para não sujar as mãos de fumo. Parece que daí pegava gosto na comida. Parece.”. Essa proibição se faz presente apenas na situação dela, quando comparada às outras fomicultoras, porque, como citado, era a filha mulher mais velha e a ela eram impostas todas as tarefas domésticas/de cuidado. Sua outra irmã mais nova, por exemplo, participava mais do cultivo do fumo, como ela disse: “ia pra roça. Ela escapava pra roça.”. Por isso, Maria foi obrigada a ficar muitos anos isolada no espaço privado. Esse fato só mudou quando casou, com 28 anos, e, posteriormente, com os filhos, pois, por estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, suas atividades ultrapassaram

---

<sup>42</sup> MARIA (pseudônimo), *Op. cit.*

o trabalho doméstico e se expandiram para o setor produtivo como forma de sobrevivência<sup>43</sup>.

Célia, a outra entrevistada mais velha, é natural de Rodeio da Anta, município de Orleans. Aos 65 anos, nascida no dia 03/04/1961, confirmou esse encargo de ser a filha mulher mais velha, em suas palavras: “eu ajudava em casa, mas, mais era na lavoura, porque tinha mais irmã mais velha de mim, né? Então, eu ajudava mais na lavoura. Uma ficava em casa e as outras seguiam pra roça junto com pai, a mãe”<sup>44</sup>. Diferentemente de Maria, Célia teve outra experiência relacionada a sua infância, uma vez que não teve a necessidade de trabalhar e realizava apenas pequenos auxílios no ambiente doméstico. Entretanto, sua vida escolar também não foi finalizada adequadamente, pois, aos 15 anos, saiu da escola. Célia relatou que a escola não se mostrou uma boa experiência e que não gostava de estudar. Sobre o motivo disso, discorreu:

Porque naquela época o professor tava sentado na mesa e tinha uma régua comprida. Ele ia passando na frente. Se tu tava conversando, não tava prestando atenção no dever, ele só batia com a régua em cima da carteira, assim. Tinha que ficar focada no que tava fazendo. Não podia ter distração. E, assim mesmo, a minha cabeça não me ajudou para evoluir assim, aprender bastante. Só sei fazer a minha assinatura, ler um pouquinho.<sup>45</sup>

Quando saiu da escola, Célia se inseriu nas atividades rurais e auxiliou nas tarefas domésticas apenas aos finais de semana, com as outras irmãs. Essa rotina, igualmente, só foi alterada quando se casou e se mudou para o interior da cidade de Grão-Pará para morar com seu marido. Com o casamento e a maternidade, a rotina se transformou e dobrou a quantidade de tarefas. Segundo ela: “daí veio já mais o compromisso de cuidar dos filhos, da casa.” Todavia, apesar dessas novas tarefas, Célia ressaltou que não ficava somente no ambiente doméstico, explicando que sua pre-

---

<sup>43</sup> MARIA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>44</sup> CÉLIA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Grão-Pará/SC, 19 de julho de 2025.

<sup>45</sup> CÉLIA (pseudônimo), *Op. cit.*

sença no ambiente privado se restringiu apenas em seus 40 dias após o parto, porque “não tinha essa de eu ficar uma semana dentro de casa, era direto lá junto na roça”<sup>46</sup>. Portanto, a maternidade e a vida em matrimônio se mostram períodos de extrema dificuldade para as agricultoras mais velhas, uma vez que precisavam se desdobrar para conciliar todas as tarefas. Célia, ainda, relatou que continuava seus trabalhos na roça mesmo com as crianças pequenas:

Levava os filhos pequenino. Fazia uma cama de samambaia, assim, botava um pano, botava deitadinha em cima daquela cama e ali ficava. Assim como outras mulheres agricultoras da minha idade, com 65 anos, fazia isso com os filhos. E eles não incomodavam lá, não. Hoje eles são mais caseiros, mais dentro de casa, eles dão mais trabalho, chama atenção. É, é, tem que ter cuidado muito, muito, muito.<sup>47</sup>

Conforme Conde e Vendramini<sup>48</sup>, a ausência de escolas de educação infantil no campo é um problema para as trabalhadoras rurais que acabam levando as crianças para o trabalho na roça. Em alguns momentos, lembrando, Célia citou como era exaustiva a rotina de trabalho no campo junto à maternidade e tarefas domésticas: “Dava de noite, sentava, assim, nem vontade de comer, não tinha”. Maria também se referiu à maternidade como um grande obstáculo para a realização do trabalho produtivo. Ela relembrou que, quando teve sua primeira filha, morava de favor na terra de um de seus irmãos para poder plantar fumo: “era bom para cuidar, só que tinha que levar para roça, não parava na roça. Daí, no fim, eles deixaram eu em casa para cuidar de duas pequena”<sup>49</sup>. As duas pequenas a que se refere são sua filha primogênita e sua sobrinha, filha do irmão que cedeu a terra para ela e seu marido utilizarem. Maria, então, ficou responsável pelas duas

---

<sup>46</sup> CÉLIA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>47</sup> CÉLIA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>48</sup> CONDE, Soraya Franzoni; VENDRAMINI, Célia Regina. A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 977-996, 2014.

<sup>49</sup> CÉLIA (pseudônimo), *Op. cit.*

bebês. Apesar de suas tarefas no campo serem pausadas temporariamente, em compensação, suas tarefas de cuidados foram dobradas.

Destaca-se que, a despeito das dificuldades do período pós-parto, as fumicultoras retornavam precocemente às atividades produtivas para complementar a renda familiar. Ademais, como a produção de fumo atendia a contratos com empresas integradoras — neste caso, a Souza Cruz —, tornava-se imperativo cumprir rigorosamente os prazos e o controle da colheita. Nesse contexto, o aumento do número de filhos ampliava ainda mais a sobrecarga de responsabilidades. Célia contou que, com o nascimento de mais filhos, teve que deixar as crianças sozinhas para conseguir trabalhar nas plantações. Em suas palavras:

Daí os dois, mas aí daí eu criei eles. Eu ia pra roça. Para não levar pra roça, eu deixava dentro dessa casa. Fechava as portas, deixava os dois aqui dentro de casa e ia pra roça. A mais velhinha tinha três aninhos. Ela cuidava do irmão pequeninho com 20 dias. Ela, eu botava um colchão, um cobertor no chão. Ali, na sala, não tinha sofá, não tinha mesa, nada. Ficava no livre. Eu fechava as portas do quarto e dizia: “Tu cuida lá». Daí, deixava em cima da pia ali uma mamadeirinha, assim, pequeninha de leite. Daí ela dava. Quantas vezes eu chegava da roça, ela tava do lado com o irmãozinho deitado no braço, dormia, dormia os dois até meio-dia, porque eu ia lá, trabalhava, quando eu sentia que tava com fome, eu vinha correndo embora. Chegava em casa, pegava água gelada e já botava nos peitos assim, refrescando e daí dava de mamar.<sup>50</sup>

Maria também lembrou que, mesmo sendo instruída a permanecer em casa para cuidar das meninas, aproveitava qualquer tempo livre para ir trabalhar no fumo ou realizar qualquer outra tarefa que beneficiasse a propriedade.

---

<sup>50</sup> CÉLIA (pseudônimo), *Op. cit.*

Aí fazia café, assim, comida, ia pra roça e voltava para fazer almoço. Os homens só ficavam na roça. Tinha umas duas vacas de leite, tirava, tirava tudo o leite das vacas. Daí levava as pequenas pra roça junto ou quando estavam dormindo. Eu ia ligeiro um pouco na roça, mas não dava para fazer nada. Só ajudava bem pouquinho.<sup>51</sup>

Célia, quando questionada se possuía algum auxílio do seu marido para o cuidado com seus filhos, confirmou: “quando os filhos era pequeno, se chegava da roça junto de meio-dia, enquanto eu cuidava, eu arrumava as crianças que nem para ir pra escola, ele cuidando do almoço. Ou, de noite, na janta, se ajudava muito, se revezava junto”<sup>52</sup>. Já Maria, por outro lado, relatou que teve que exercer as funções de cuidado sozinha: “não, não tinha. Aquele marido escapava muito para algum lugar, né?”<sup>53</sup>. Segundo Ramos<sup>54</sup>, a conjugalidade, nessa perspectiva, se ergue em torno de uma divisão clara de papéis pautada na diferença de poder entre os sexos. Ainda, Maciazeki-Gomes et al. observa:

Outros aspectos podem agravar a sobrecarga laboral das mulheres, se considerarmos a ausência de políticas públicas que possibilitem a oferta de serviços de cuidado, tais como escolas de educação infantil. Logo, para além de uma divisão sexual do trabalho mais igualitária entre mulheres e homens na família, é importante considerar o papel central do Estado na criação de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades das populações rurais e da agricultura familiar.<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> CÉLIA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>52</sup> CÉLIA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>53</sup> MARIA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>54</sup> RAMOS, Danusa Silva. *Gênero e geração: permanências e mudanças na condição feminina*. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 62.

<sup>55</sup> MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras; NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Modos de trabalhar e modos de subjetivar na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 7, 2021.

Apesar de serem parentes, frisa-se que Célia possuía uma condição financeira um pouco mais estável que Maria, visto que, mesmo descrevendo, por muitas vezes, que o trabalho era difícil, cansativo e em excesso, nunca relatou ter passado fome, como no caso de Maria. Sobre essa pauta sensível, Maria descreveu: “é assim, às vezes tinha feijão velho, tudo. Às vezes cozinava aquele feijão, tinha bicho voando em cima e comia aquilo assim. É, tinha que comer, não podia passar sem comer”. Após uma pausa, continuou: “Cansa, não é brincadeira. Eu só penso, assim, como é que eu dei conta de cuidar deles? Não sei como é que eu dei conta”. Por fim, acerca dessas tristes memórias, completou: “não gosto nem de lembrar. Era difícil”<sup>56</sup>. De acordo com Pollak,

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.<sup>57</sup>

Essa sobrecarga de trabalhos, períodos difíceis e desgastantes, hoje se mostra na saúde das fomicultoras, como Célia relatou: “é, aquilo era puxado, mas hoje tudo que a gente trabalhou naquela época tá sentindo hoje na saúde”. A agricultora confirmou que, atualmente, sofre de diversas dores que a impossibilitam de realizar algumas tarefas produtivas na roça e tarefas domésticas: “parece, assim, tem dia, assim, que não consigo mais aguentar ficar em pé. Daí, eu só puxo a cadeira para sentar, ficar sentada. Hoje não tem mais como ficar ajudando. Eu vou, assim, de escapada, mas depois eu já volto. Volto de volta. Não dá para ficar direto no serviço”<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> MARIA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>57</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 5.

<sup>58</sup> CÉLIA (pseudônimo), *Op. cit.*

Sobre os malefícios das plantações, Riquinho e Hennington destacam:

Há o reconhecimento dos riscos à saúde e do adoecimento como consequência do trabalho, especialmente, da relação da colheita do fumo molhado com sinais e sintomas compatíveis com a DFVT<sup>59</sup>; das doenças respiratórias agravadas pela poeira das folhas secas; de acidentes por queda da estufa ou da carreta com carga de fumo e de lesões dermatológicas causadas por contato com agrotóxicos e da intoxicação associada a quadros depressivos.<sup>60</sup>

Mesmo com a presença desse sentimento de sobrecarga, dificuldade e malefícios posteriores a todos esses trabalhos exercidos pelas agricultoras, é perceptível certa gratidão das agricultoras mais velhas por terem conseguido concluir essas difíceis jornadas. O orgulho está muito presente nas falas das agricultoras, como Célia confirmou: “aquilo era puxado, mas dei conta do recado”<sup>61</sup>. Consoante a Maciazeki-Gomes et al.:

Se o trabalho, neste sentido, produz exaustão e sofrimento, por outro lado, ele também vem acionar deslocamentos da “manutenção” para a “produção da vida”. O trabalho como produção empreende esforços de transformação da condição do que se é, possibilita “determinar na vida” e, assim, o governo de si por meio das práticas realizadas. O trabalho, como ação sobre si e transformação da natureza, ocupa um lugar de destaque na vida das mulheres e das famílias.<sup>62</sup>

Ao recorrer ao exercício da memória por meio da metodologia da história oral, essas mulheres relembram com orgulho suas vivências passadas. Apesar das dificuldades relatadas, a lembrança desses períodos é res-

---

<sup>59</sup> No contexto da fumicultura, DFVT é a sigla para Doença da Folha Verde do Tabaco. Trata-se de um quadro de intoxicação aguda por nicotina, que acontece quando trabalhadores entram em contato com as folhas de tabaco ainda úmidas. A nicotina é absorvida pela pele e pode causar sintomas como náuseas, vômitos, tontura, dor de cabeça, fraqueza e palpitações.

<sup>60</sup> RIQUINHO, Débora L.; HENNINGTON, Eliane A., *Op. cit.*, p. 7.

<sup>61</sup> CÉLIA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>62</sup> MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; et. al., *Op. cit.*, p. 7.

significada de forma positiva como uma sensação de superação e recompensa diante das condições severas que marcaram a vida das agricultoras.

## **Gerações no campo: continuidades ou rupturas entre as fumicultoras jovens**

A partir das histórias anteriores, pensando na inclusão de pesquisas utilizando a história oral, podemos, além de compreender e estudar grupos marginalizados socialmente, observar as rupturas e permanências ou ciclos de repetição entre as gerações estudadas de agricultoras. Os trabalhos e o rompimento ou continuidade de diversas ações são alguns fatores observados nas entrevistas das 3 mulheres fumicultoras mais novas. Corroborando isso, Tedeschi afirma que “a memória, na história das mulheres, é uma reconstrução desde o presente. Mais que uma recordação, é uma interação entre o passado presente e está culturalmente e coletivamente marcada por representações de gênero”<sup>63</sup>.

A categoria de trabalho infantil continuou como uma permanência nos relatos das 3 fumicultoras. Nina, de 39 anos, filha de Maria, nascida no dia 20/04/1986, natural da cidade de Grão-Pará e, atualmente, exercendo a profissão de professora, falou sobre sua infância:

Os filhos acompanhavam junto desde criança na roça e os pais já incentivando na plantação, no aprendizado pra plantação de fumo. E, depois, quando já iniciava a escola, meio período ia pra escola e o outro meio período já junto na roça, junto na, na plantação de fumo e outros afazeres, né?<sup>64</sup>

Sobre os outros afazeres que Nina citou, incluem as tarefas domésticas. Ela continuou sendo inserida obrigatoriamente no mesmo ciclo de sua mãe, Maria, visto que, por ser a filha mulher mais velha, foi denominada responsável pelo trabalho reprodutivo em toda casa. Ela contou: “e eu, por ser a mais velha, e acho que por ser a menina mais velha, tinha

<sup>63</sup> TEDESCHI, Losandro Antônio, *Op. cit.*, p. 336.

<sup>64</sup> NINA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Grão-Pará/SC, 19 de julho de 2025.

que ficar em casa para dar conta dos afazeres da casa e cuidar do, dos irmãos mais novos. Era isso que acontecia”<sup>65</sup>. A partir disso, é possível analisar uma continuidade em relação à divisão sexual do trabalho e permanência de estruturas binárias, pois a reprodução da divisão sexual do trabalho se evidencia quando mães transmitem às filhas a responsabilidade pelas tarefas domésticas, reforçando a ideia de que tais atividades pertencem ao universo feminino, ainda que não sejam remuneradas.

As outras duas agricultoras mais jovens são filhas da agricultora Célia. Nasceram no município de Grão-Pará e, atualmente, permanecem exercendo a profissão de fumicultoras. Rosana, de 39 anos, nasceu no dia 10/08/1986. Pensando na continuidade do trabalho infantil, relatou: “eu comecei a ajudar na roça tinha oito anos que eu comecei a ajudar, depois eu ia pra escola de manhã, no começo, de tarde eu ajudava o pai, de noite eu fazia as atividades da escola”<sup>66</sup>. Sua irmã, Cida, nascida em 21/08/1995 também teve a mesma experiência: “eles levavam para brincar na roça, ajudar, a ensinar até a trabalhar, já levava até aqui que nem uma enxadinha, fazia para nós brincar e aprender como seria”<sup>67</sup>. Essa constância e permanência do trabalho infantil, como nas memórias das três fumicultoras, podem ser encontradas nos ditos de Conde e Vendramini quando afirmam:

Entre as denominadas piores formas de trabalho infantil, encontra-se o trabalho realizado na fumicultura, onde ao mesmo tempo em que a contribuição da criança se insere em formas artesanais de socialização e de educação familiar, recebendo a conotação de atividade educativa, ele ocorre em relações de trabalho integradas às empresas multinacionais capitalistas. Para os agricultores, a inserção de crianças e adolescentes no trabalho do campo é o meio pelo qual ensinam os “saberes da terra”, numa lembrança saudosista às formas artesanais de aprendizagem anteriores ao trabalho produtor de mais-valia e à forma industrial de produção.<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> NINA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>66</sup> ROSANA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Orleans/SC, 19 de julho de 2025.

<sup>67</sup> CIDA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Grão-Pará/SC, 19 de julho de 2025.

<sup>68</sup> CONDE, Soraya Franzoni; VENDRAMINI, Célia Regina, *Op. cit.*, p. 979.

Com relação aos estudos, foram oferecidas diferentes percepções nos relatos das três fumicultoras, porém, podemos confirmar que o acesso à educação básica não foi um problema para nenhuma delas. Segundo análise de Maciazeki-Gomes et al.<sup>69</sup>, a partir de uma análise geracional, se observa melhoria da escolarização, da renda e de incremento tecnológico em relação à família de origem. Contudo, a dificuldade/impossibilidade da continuação na vida escolar e da acessibilidade ao ensino superior, foi relatada por Rosana “mas eu gostava de estudar, meus planos era ser professora no começo. Aí, eu era apaixonada, guria, para dar aula pras crianças. Era uma brincadeira que nós brincávamos bastante, também, eu e a Nina e os mais pequeninhos”<sup>70</sup>. Porém, seu sonho não se concretizou. Quando concluiu o ensino médio, Rosana não teve a oportunidade de continuar os estudos, como relatou:

Eu queria estudar mais pra frente, mas aquela época daí se eu ia estudar, o pai tinha que me levar todo dia para Grão-Pará, né? Daí do Grão-Pará eu tinha que vir para Orleans, mas daí o pai tinha que levar toda a noite, né? Daí o pai, o pai não era muito disponível para essas coisas, sabe? Daí ele disse que não, que não tinha dinheiro também, não sei o quê. Daí tu sabe, eu não insisti.<sup>71</sup>

É possível, por meio do relato de Rosana, analisar a permanência de imposições patriarcais que contribuíram de forma ativa na vida pessoal das fumicultoras. Apesar da acessibilidade à educação básica, fato que podemos assimilar às novas leis que se estabeleceram no início dos anos 90 no Brasil, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o controle da vida privada da mulher ainda continua sendo exercido pelo homem. Conforme Scott<sup>72</sup> teoriza sobre o gênero dar significado às relações de poder, é perceptível que, por ser mulher, Rosana é imposta ao poder de seu pai, homem, o qual

<sup>69</sup> MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; et. al., *Op. cit.*

<sup>70</sup> ROSANA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>71</sup> ROSANA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>72</sup> SCOT, Joan, *Op. cit.*

decide o que ela pode ou não realizar, pois ele possui uma posição mais relevante nessa hierarquia, reforçando a estrutura patriarcal já imposta e observada na vida das fumicultoras mais velhas. Gênero é poder, é hierarquia<sup>73</sup>.

Cida, irmã de Rosana, relatou que saiu da escola antes de concluir o ensino médio: “eu reprovei, daí eu já tava numa certa idade, tava com 17 anos. Daí eu pensei, não, agora o Conselho Tutelar não vem atrás de mim mais”<sup>74</sup>. Entretanto, hoje, repensando na sua decisão, se arrepende:

Podia ter terminado pelo menos o ensino médio completo, né, que precisa hoje. Se dissesse que ia ter que sair da roça, achasse uma casa ou ia morar praça.<sup>75</sup> E isso é o fundamental, como se diz, né, para pegar um trabalho, um servicinho melhor.<sup>76</sup>

O rompimento da vida escolar de Cida e a ideia de que “não era boa o suficiente na escola”<sup>77</sup>, como relatou, pode ser assimilado à falta de outros projetos ou visões de vida dentro e fora do mundo rural para as mulheres. Geralmente, as propriedades rurais são passadas hereditariamente ao poder do filho homem e a mulher, após o matrimônio, segue dando continuidade ao trabalho na terra de seu marido, ou seja, não existe um incentivo para a mulher assumir a propriedade rural ou sair dela para outros lugares. Logo, a educação não é vista como relevante ou incentivo para as fumicultoras. Segundo Maciazeki-Gomes et al.,

Na herança cultural recebida, ao homem cabe a propriedade da terra, via sucessão rural, a gerência da unidade produtiva e familiar. Esse modo familiar de organização da vida, perpassado pelas racionalidades patriarcal e religiosa, tem na aliança afetiva e financeira depositada no contrato de casamento, a manutenção do tripé terra-trabalho-família.<sup>78</sup>

<sup>73</sup> WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo, *Op. cit.*, p. 36.

<sup>74</sup> CIDA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>75</sup> Refere-se ao meio urbano (cidade).

<sup>76</sup> CIDA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>77</sup> CIDA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>78</sup> MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; et. al., *Op. cit.* p. 7.

Diferente das experiências anteriores, conforme sonhos de criança, Nina conseguiu concluir o ensino superior e se formar em pedagogia, se tornando professora. Porém, isso ocorreu devido ao seu casamento, que aconteceu quando ela ainda era menor de idade (16 anos). Nina se mudou para a cidade de seu marido, Braço do Norte - SC (fronteira com a cidade de Grão-Pará - SC), o que, além de ser uma rota de fuga, abriu novas possibilidades de vida para ela além do meio rural. A acessibilidade e a inserção ao meio acadêmico se tornaram mais fáceis pela localidade e, com o apoio do marido, conseguiu concluir sua faculdade dos sonhos. Sobre suas expectativas de vida e seus anos no meio rural, Nina relatou:

Na verdade, eu nunca gostei de ficar, de trabalhar na agricultura, de trabalhar na roça. Nunca. Na minha vida eu sempre gostei de estudar e de fazer outras coisas. Eu não me agradava do serviço no geral. Eu não me agradava daquilo ali. Para mim, não, não era bom aquilo ali. Eu, para mim, não queria aquilo ali. Eu queria era um futuro melhor. Eu queria fazer outra coisa, eu queria estudar, eu queria conhecer outras coisas além daquilo ali.<sup>79</sup>

Podemos analisar a conclusão no ensino superior e a migração para a zona urbana de Nina como uma pequena mudança nas estruturas de poder de gênero. Mesmo quebrando o ciclo de imposições que as outras jovens fumicultoras tiveram em relação a sua vida privada, Nina teve que se enquadrar em outra lógica da estrutura patriarcal, como o casamento prematuro, para concluir sua migração. Se o seu cônjuge não oferecesse apoio para a realização de uma formação superior, será que ela conseguiria sair ou se locomover do meio rural, realizando sua formação sozinha, em sua posição na hierarquia de gênero? Rosana, por exemplo, tinha o mesmo sonho, mas não conseguiu, como foi analisado anteriormente. Desse modo, é possível compreender que o matrimônio de Nina atua como uma manutenção nas estruturas que controlam a vida da mulher. Conforme análises de Ramos<sup>80</sup>, a conjugalidade, nessa perspectiva, se ergue em torno

---

<sup>79</sup> NINA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>80</sup> RAMOS, Danusa Silva, *Op. cit.*, p. 63.

de uma divisão clara de papéis pautada na diferença de poder entre os sexos.

Nina, mesmo que atualmente não exerça a profissão de fumicultora, teve sua infância inserida no mundo rural. Assim, suas experiências e saberes vivenciados em seus anos como agricultura devem ser analisados juntamente com as experiências das demais fumicultoras que ainda atuam na profissão. Essa análise permite compreender a trajetória e identidade pessoal/familiar de Nina.

Ainda, é observado que novos caminhos se traçam em relação a ciclos emocionais ou de dependência matrimonial e se mostram readaptados pelas irmãs Rosana e Cida em dinâmica familiar/afetiva. Um desses fatores, o rompimento de sua ideia de família, foi relatado por Rosana: “eu digo, hoje, que eu aprendi o que é amar uma família. Sabe o que é ter amor numa família? Eu aprendi depois de casada. Com meus pais, eu nunca via. Daí, por isso que eu digo que eu aprendi o que é amar uma família de verdade”<sup>81</sup>. Ademais, na perspectiva de relações familiares e matrimoniais, Cida não se permitiu continuar em seu antigo casamento apenas por imposições morais ou por ter filhos com seu ex-cônjuge, uma vez que, atualmente, encontra-se divorciada e sendo mãe solo: “É que daí muda tudo, né? Não é mais a mesma coisa que nem tu tá acostumado. As pessoas também, a família dele já era de um modo diferente do que a minha”<sup>82</sup>. Cida continuou:

A mãe dele, quando teve as crianças, o pai dele não ajudava em nada. A rotina da mulher era com ela sozinha, não tinha o apoio do marido. Ele era serviço de fora e ela tinha que se virar, levar junto, e é o que eu ia ter que fazer, e nós foi ensinado diferente, né?<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> ROSANA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>82</sup> CIDA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>83</sup> CIDA (pseudônimo), *Op. cit.*

Sobre a vida matrimonial de Cida e a experiência no mundo rural de Nina, notamos que a relação geracional de imposição de atividades e divisão sexual do trabalho ainda é perpassada por mãe e filhas ou sogras e noras. Sobre isso, Ramos analisa:

A conjugalidade constitui um dos contextos onde as questões de gênero, ou seja, as expectativas e a divisão de papéis masculinos e femininos se fazem presentes e facilmente observáveis. O que os homens aprendem sobre o que é ser homem é transferido para a concepção do que é ser marido, seus papéis e obrigações. O mesmo para as mulheres.<sup>84</sup>

As atividades domésticas, a dupla jornada e o exercício assimétrico do trabalho reprodutivo ainda é latente na rotina das entrevistadas. Rosana relatou sua rotina árdua repleta de diversas tarefas: “sabe que agora sobrou tudo para mim, é tudo dentro de casa. Eu tenho que ir pra roça, eu tenho que cuidar dos filhos, eu tenho que lavar roupa de cinco, eu tenho que dobrar. O mais velho já me ajuda, já comecei a ensinar, né? Mas é tudo para mim”<sup>85</sup>. Ela é mãe de 3 meninos, então, tenta dividir a responsabilidade doméstica imposta com seu primogênito, mas relata a resistência sexista em relação ao seu marido quando o filho realiza alguma atividade doméstica: “daí, agora, tem meu mais velho que faz. Ele diz para ele que isso aí é coisa pra menina. Ele diz: hum, e daí olha pro guri e começa a rir, né, na brincadeira. Mas, querendo ou não, talvez vai entrar, vai mexer na cabeça deles, né?”<sup>86</sup>. Ramos<sup>87</sup> ressalta que o exercício dos papéis femininos e masculinos, ditado por um discurso hegemônico, é aprendido nas famílias. Outrossim, Federici<sup>88</sup> problematiza a invisibilização e a não remuneração desse trabalho, definindo como a “arma mais poderosa” para fortalecer a ideia de que o trabalho doméstico não é trabalho e dificultando a luta das

---

<sup>84</sup> RAMOS, Danusa Silva, *Op. cit.*, p. 60.

<sup>85</sup> ROSANA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>86</sup> ROSANA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>87</sup> RAMOS, Danusa Silva, *Op. cit.*

<sup>88</sup> FEDERICI, Silvia, *Op. cit.*

mulheres contra ele ou a inclusão de homens o realizando sem que seja visto como “ajuda”. Isso pode ser observado na construção e estigmatização do marido de Rosana sobre a realização de tarefas domésticas por homens.

Em sequência, podemos relacionar a situação de Nina com a permanência do sistema patriarcal em relação à subserviência feminina. Apesar de ter saído do cenário rural, ela relatou viver nas mesmas condições de desigualdade em relação à distribuição de atividades domésticas: “em casa, pende só pro lado da mulher. Meu marido, querendo ou não, ele é meio machista. Ele não gosta de fazer nada dentro de casa, ele gosta de ter tudo na mão”<sup>89</sup>. Maciazeki-Gomes et al. analisam a migração de mulheres do meio rural para o meio urbano, problematizando a ideia de uma quebra na estrutura generificada:

A “saída de casa”, vista como uma estratégia eficaz, a curto prazo, não produz, por sua vez, rupturas às demarcações tradicionais de gênero, impressas no panorama da agricultura familiar, impostas pela dupla jornada de trabalho “dentro e fora” de casa.<sup>90</sup>

Valendo-se dos relatos das fumicultoras mais jovens, percebem-se mudanças limitadas de alguns padrões. Podemos citar: o casamento de Cida, pois ela se negou a seguir o mesmo ciclo de sobrecarga e imposições de afazeres domésticos e de maternidade apenas por ser mulher, rompendo a relação matrimonial e seguindo sua vida como mãe solo; a migração de Nina que, mesmo ainda inserida em um contexto de dependência matrimonial, conseguiu continuidade de estudos e realizou seu sonho de ser professora; e a renovação na ideia de família e amor apontada por Rosana que, mesmo relatando suas dificuldades no casamento, acredita estar em uma convivência superior ao casamento de seus pais.

---

<sup>89</sup> NINA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>90</sup> MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; et. al., *Op. cit.*, p. 7.

Todavia, algumas continuidades estruturais, já relatadas como geracionais desde as fumicultoras mais velhas, ainda se encontram presentes, como o trabalho infantil, a divisão sexual do trabalho e a assimetria na execução de afazeres domésticos. Mesmo quando a inclusão ou a divisão ultrapassa o gênero, como no caso de Rosana, que tem apenas filhos homens, as barreiras são renovadas para reprimir, como o relato de seu marido, envergonhando propositalmente o filho por realizar atividades domésticas. Federici<sup>91</sup> aponta que o processo histórico transformou o trabalho doméstico em um “atributo natural” das mulheres em vez de ser reconhecido como trabalho, sendo assim, a luta para a quebra desse padrão e contra a exploração do trabalho doméstico é marginalizada e ridicularizada, como podemos perceber no relato de Rosana. Ramos, complementa essa ideia, afirmando:

Os papéis de gênero e sua transmissão é uma constante em diversos trabalhos devido à importância da compreensão de como as gerações futuras são afetadas pela postura e atitude das gerações anteriores, no que diz respeito ao exercício dos papéis sociais definidos culturalmente e passados transgeracionalmente.<sup>92</sup>

Dessarte, mesmo com esses sistemas binários impostos, é necessário ter a dimensão da subjetividade de cada mulher e seu sentimento com o trabalho realizado. Apesar das duas agricultoras mais velhas relatarem o trabalho no fumo como árduo e sofrido, as agricultoras mais novas que ainda permanecem no meio relataram que gostam do trabalho rural. Rosana falou sobre seu sentimento pela agricultura:

Eu gosto porque eu gosto de mexer com planta, sei lá, tu pode ver que eu tô cheia das orquídeas, né? Eu tô direto mexendo aquilo. Tamo direto na roça, fuça aqui. Olha como é que tá os fuminho crescendo. Acho tão bonito. Eu se alguém me perguntar, eu, eu gosto do meu serviço. E eu, sinceramente, eu saí

---

<sup>91</sup> FEDERICI, Silvia, *Op. cit.*

<sup>92</sup> RAMOS, Danusa Silva, *Op. cit.*, p. 19.

daqui para ir trabalhar num fazer o quê? Numa fábrica, lugar presa. Uhum. Não, não. Eu tenho que estar livre, guria. É. Eu presa ali não é para mim. Eu não sei. Eu acho que não dava certo.<sup>93</sup>

Cida também expôs os pontos positivos de sua profissão e advertiu sobre o estigma criado em volta da agricultura como um trabalho fácil ou não legítimo:

Na roça é, tem mais liberdade, né? Quanto mais que nem com filho, tem mais liberdade para fazer as coisas que nem na praça já é tudo é mais rígido, mas não quer dizer que não era impossível também. É porque o pessoal acha que porque trabalha assim com, com coisa de agricultura ou perto de casa que a pessoa fica em casa, né? É, mas não é assim, não. É, tem dias que é mais sossegado, mas tem dias que tu tem que, como se diz, pinchar a colher e, né? Porque não, não tem como esperar deixar pra outra hora fazer as coisas.<sup>94</sup>

É importante enfatizar que as duas irmãs, Cida e Rosana, nunca conheceram outra dinâmica de vida além do meio rural, portanto, é previsto que positivem o seu trabalho na fumicultura. Talvez, com o acesso a outras esferas de vida, como Nina teve, as fumicultoras poderiam obter uma visão diferente sobre sua vida na agricultura familiar. Entretanto, seus sentimentos pela vida rural não podem ser invalidados. Então, podemos relacionar a análise sobre os relatos das jovens fumicultoras com a ideia de trabalho e a identificação que ele produz.

## Considerações finais

A metodologia da história oral para protagonizar a história dessas mulheres e relacionar suas vidas com as relações humanas e de gênero para produzir novas visões e significados é algo que produz uma satisfação

---

<sup>93</sup> ROSANA (pseudônimo), *Op. cit.*

<sup>94</sup> CIDA (pseudônimo), *Op. cit.*

imensurável e novas vozes na história. É necessário e pertinente pensar e acreditar que, apesar das divisões e imposições sexuais de trabalho e de gênero que as agricultoras sofrem de modo intrínseco, como Hirata e Kergoat<sup>95</sup> e Federici<sup>96</sup> pontuam, essa naturalização e condição pode e vem sendo mudada em novas dinâmicas de vida de mulheres e de mulheres agricultoras. Mesmo que de forma micro, é relatado resistência, como a negação de desigualdade matrimonial de Cida e a tentativa de Rosana em incluir seus filhos homens em tarefas domésticas. Além disso, as fumicultoras, apesar de serem enquadradas no trabalho “leve”, possuem mais atividades, valor econômico e conhecimentos gerais que os homens que ficam responsáveis pelo “pesado”. Reconhecendo isso, lutaram por direitos e conquistaram, por mérito próprio, diversos benefícios que antes eram negados à classe feminina agricultora por ser invisibilizada, como aposentadoria, licença maternidade, e redes escolares ou transportes gratuitos para as crianças, direitos os quais as mesmas foram beneficiadas.

Acessar as memórias ou os “não ditos” dessas trabalhadoras, como podemos perceber pelas entrevistas das mulheres mais velhas e sua opção em não lembrar ou não falar sobre determinadas vivências, nos ensina para além do espaço acadêmico. Faz com que elas possam compartilhar sua vasta e rica experiência de vida e demonstram o quanto a vida no meio rural é invisibilizada, estigmatizada e levada de forma solitária por muitas mulheres. Ademais, a infância é produzida com uma perspectiva diferente e os encargos das filhas mulheres são mais rígidos do que em outros ambientes sociais. É perceptível, também, que ciclos patriarcais ainda estão presentes e alguns membros em posições elevadas de hierarquia social continuam resistentes a mudanças, porém, a desconstrução e desnaturalização de padrões binários é um caminho que pode ser longo, mas não é impossível.

---

<sup>95</sup> HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle, *Op. cit.*

<sup>96</sup> FEDERICI, Silvia, *Op. cit.*

## Referências

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 16, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5889>. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do Sul do Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 171, jan./abr. 2004.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

CANEVER, Daniela Tezza; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Relações de trabalho e de gênero na produção de tabaco em um município de Santa Catarina. *Interações*. Campo Grande, v. 24, n. 2, p. 626, abr./jun. 2023.

CÉLIA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Grão-Pará/SC, 19 de julho de 2025.

CIDA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Grão-Pará/SC, 19 de julho de 2025.

CONDE, Soraya Franzoni; VENDRAMINI, Célia Regina. A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 977-996, 2014.

CUSTÓDIO, André Viana; CABRAL, Maria Eliza Leal. Trabalho infantil na agricultura familiar: uma violação de direitos humanos perpetuada no meio rural. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*. Curitiba, v. 8, n. 1, p. 178-205, jan./abr. 2017.

DEMETRIO, Milena; GAZOLLA, Márcio; WEDIG, Josiane Carine. Valor econômico do trabalho de mulheres rurais em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 62, n. 4, p.5, 2024.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 597, set./dez. 2007.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Modos de trabalhar e modos de subjetivar na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 7, 2021.

MARIA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Grão-Pará/SC, 19 de julho de 2025.

MMC. MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. Plantando saúde pelos caminhos do RS. Passo Fundo: Passografic, mai. 2004, p. 5-6.

NINA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Grão-Pará/SC, 19 de julho de 2025.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Mulheres rurais – quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O Peso do Trabalho Leve. *Ciência Hoje*, vol. 28, no 5, pp. 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 243, jan. 2004.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 5.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 10.

RAMOS, Danusa Silva. *Gênero e geração: permanências e mudanças na condição feminina*. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 62.

RIQUINHO, Débora L.; HENNINGTON, Eliane A. Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 12, 2016.

RODRIGUES, Alcir Humberto; STADLER, Suzelaine Taize; XAVIER, César Rey. A saúde e seus significados para famílias fumicultoras da região de Irati (PR): contingências e contradições. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 227, out./dez. 2016.

ROSANA (pseudônimo). *Entrevista concedida à pesquisadora*. Orleans/SC, 19 de julho de 2025.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 34, n. 2, p. 402, abr. 2014.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Maria Cecília de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*. v. 25, n. 1, p. 82, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. *OPIS*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 332, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33931>. Acesso em: 21 jul. 2026.

VAROTTO, Daiana Paula. Agroecologia e gênero: perspectivas para a emancipação das mulheres e a agricultura familiar. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. v. 3, n. 3, p. 2, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 156.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: categorias do debate contemporâneo. *Retratos da Escola*. Brasília, v. 9, n. 16, p. 36, jan./jun. 2015.

Recebido em: 27/07/2026

Aceito em: 21/09/2026